

# **Pânico Moral na Educação Brasileira: discussão das temáticas de gênero e sexualidades no contexto político do Brasil.**

Luan Felipe Alves Couto y Mareli Eliane Graupe.

Cita:

Luan Felipe Alves Couto y Mareli Eliane Graupe (2019). *Pânico Moral na Educação Brasileira: discussão das temáticas de gênero e sexualidades no contexto político do Brasil*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1069>



## **Pânico Moral na Educação Brasileira: discussão das temáticas de gênero e sexualidades no contexto político do Brasil**

Luan Felipe Alves Couto  
Mareli Eliane Graupe

### **Resumo**

Este trabalho possui como objetivo a discussão do pânico moral presente no contexto educacional brasileiro em relação às temáticas de gênero e sexualidades. O conceito de pânico moral, proposto pelo sociólogo Stanley Cohen, designa fenômenos compreendidos como perigosos aos valores da sociedade. Os principais referenciais teóricos deste artigo são autoras/es que escrevem sobre gênero, sexualidade, pânico moral e ideologia de gênero, como Joan Scott, Miriam Pillar Grossi, Jimena Furlani, Guacira Lopes Louro e Richard Miskolci. É uma pesquisa de caráter qualitativo, cujo método utilizado foi a pesquisa bibliográfica e documental referente ao intervalo de tempo de 2010 a 2019. Os dados obtidos por meio da pesquisa apontam que no contexto brasileiro o debate de gênero e diversidade é visualizado pelo governo atual como algo a ser combatido em defesa da família. Deste modo, observa-se que apesar de se constituir como discussão no campo dos direitos humanos, em um país com altos índices de violência de gênero e LGBTfobia, a presença desses conteúdos no currículo escolar é concebida por grupos conservadores como uma ameaça aos valores da família brasileira.

### **Palavras-chaves**

*Pânico moral, gênero, sexualidades, ideologia de gênero.*

### **Introdução**

Este artigo possui como objetivo a discussão, no contexto educacional brasileiro, da construção do pânico moral em torno das temáticas de gênero e diversidade. Utilizando como base os escritos do sociólogo Stanley Cohen sobre o conceito de pânico moral, foi discutido o cenário político e educacional contemporâneo do Brasil.

O presente trabalho evidencia a sua relevância devido aos altos índices de violência de gênero e LGBTfobia no Brasil. Porém, em meio a este contexto, surgem discursos propagados por figuras e grupos políticos, como o presidente eleito Jair Messias Bolsonaro e o Programa “Escola Sem Partido”, que vão de encontro ao debate das



temáticas de gênero e diversidade. Desta forma, servem como fonte para análise da ocorrência do pânico moral.

Neste trabalho, utilizou-se como referencial teórico a produção científica de autores/as como Joan Scott, Miriam Pillar Grossi, Jimena Furlani, Guacira Lopes Louro e Richard Miskolci.

### **Educação Brasileira**

A educação no Brasil possui, entre seus objetivos, a promoção do exercício da cidadania (Brasil, 1996). Este princípio está expresso na lei nº 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação no Brasil, influenciada pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, foram publicados documentos relacionados à educação e cidadania nos anos seguintes.

No ano de 1997, o Ministério da Educação lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que servem como um referencial para orientar as ações desenvolvidas no contexto escolar através das diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, foram contemplados também temas transversais a serem trabalhados pelas diferentes disciplinas do currículo escolar, envolvendo Meio Ambiente, Ética, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual.

Com base no tema transversal da Pluralidade Cultural e da Orientação Sexual, o Governo Federal continuou a desenvolver atividades na área da educação que envolvessem as temáticas de gênero e diversidade. Por exemplo, no ano de 2004 foi lançado o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais, chamado também de Programa “Brasil Sem Homofobia”. Baseado em uma perspectiva de defesa dos direitos humanos, esta ação foi motivada pelos casos de LGBTfobia em distintos contextos, como no campo da saúde, da justiça e da educação (Brasil, 2004).

Sob a influência do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), comandado na época por Fernando Haddad (2005 – 2012), ações similares foram desenvolvidas nos anos seguintes, como o projeto Gênero e Diversidade na Escola e o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas. O primeiro, que iniciou em 2006, é constituído por um curso de educação à distância para professores do ensino fundamental, de modo a proporcionar o debate sobre o “combate às formas de discriminação envolvendo gênero, sexualidade e relações étnico-raciais no Brasil” (Heilborn & Rohden, 2007, p. 12). Já em 2008 é criado o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, que contou com diferentes edições e produziu materiais relacionados às temáticas de gênero, diversidade sexual e



prevenção de DST/HIV, indicando formas de abordar estes assuntos com as/os estudantes através de oficinas e dinâmicas.

É importante destacar o Programa Escola Sem Homofobia, que surgiu no ano de 2011 em decorrência do Programa Brasil Sem Homofobia com o objetivo de desenvolver atividades relacionadas à prevenção de violência contra a população LGBT no espaço escolar. O Programa Escola Sem Homofobia possuía como materiais um caderno, um cartaz, boletins e vídeos que tratavam da questão de gênero e sexualidade, servindo como subsídio para os profissionais da educação em geral trabalharem estas temáticas (Ministério Público Federal, n.d.).

Porém, o projeto teve a sua veiculação suspensa nas escolas do país devido a pressões contrárias de grupos sociais, principalmente na Câmara de Deputados, onde o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro (PP/RJ) – atual presidente do Brasil - intitulou o programa de “Kit Gay”. Como consequência deste acontecimento, em 2014, durante as discussões para a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), foram retirados os termos “gênero” e “orientação sexual” de sua estrutura prévia.

Ainda em 2014, o Movimento Escola Sem Partido adquire maior atenção devido à apresentação de um anteprojeto de lei pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP/RJ). Fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o movimento surgiu como forma de resistência à “doutrinação” que estaria ocorrendo nos ambientes escolares do país. Assim, são publicados projetos de lei que, dentre os seus objetivos, visam proibir a discussão de gênero e sexualidades na escola, utilizando argumentos com base religiosa em sua justificativa.

Na Câmara dos Deputados, por meio do Projeto de Lei (PL) nº 7.180 de 2014 e projetos apensados, o Movimento assume caráter legislativo e passa a ser reconhecido como Programa “Escola Sem Partido”. Com o objetivo de proibir a “doutrinação partidária” e, também, o que seus apoiadores denominam como “ideologia de gênero”. No momento em que este artigo foi finalizado (Agosto de 2019), há mais de 10 projetos de lei apensados ao PL nº 7.180/14, cuja discussão não possui data para retornar à Câmara.

### **Pânico Moral**

O termo pânico moral foi utilizado pela primeira vez por Jock Young (Machado, 2004), porém foi através do livro *Folk Devils and Moral Panics*, publicado em 1972 pelo sociólogo Stanley Cohen, que este conceito foi difundido. Nesta obra, Cohen resgata o conceito utilizado por Jock Young para relacioná-lo a confrontos entre dois grupos que estavam ocorrendo em uma região da Inglaterra (Cohen, 2011).



De acordo com Cohen (2011), a sociedade presencia períodos de pânico moral ao longo do tempo. Nesses casos, conforme o autor, “uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passam a ser reconhecidos como ameaça para os valores e interesses sociais” (Cohen, 2011, p. 01). Conforme Barros e Lemos (2018), a terminologia “pânico moral” é utilizada justamente porque uma suposta ameaça à ordem social é acionada. Cohen (2011), a fim de estruturar o processo de pânico moral, divide-o em três fases: realização de inventário, opiniões e atitudes e resgate e remediação do problema.

Na primeira fase, após a ocorrência de um evento que afeta os valores e interesses sociais, as pessoas expostas realizam um balanço daquilo que aconteceu e de sua própria condição. Nesse contexto, rumores e percepções ambíguas formam a base para interpretar a situação, sendo veiculados pela mídia. Ainda sobre a fase de inventário, Cohen (2011) afirma que a mídia analisa de três formas possíveis os dados que possui: através do exagero e da distorção, por meio da predição e pela simbolização.

Quanto às Opiniões e Atitudes, Cohen (2011) postula que as imagens difundidas na fase de inventário são cristalizadas em opiniões e atitudes mais organizadas. Além disso, afirma que após certo tempo da ocorrência do evento, as pessoas deixam de falar sobre o ocorrido e discorrem sobre as suas implicações na ordem social, atribuindo a um grupo desviante da norma moral e social predominante a culpa pelo ocorrido, processo também chamado de “demonização”.

Na última fase, denominada de Reação e Remediação, o autor afirma que se refere ao que foi pensado para ser feito e o que realmente foi feito em relação ao grupo desviante (Cohen, 2011). Continuando o processo desenvolvido na fase anterior, este último período do pânico moral demonstra como um sistema organizado de controle social respondeu a demonização do grupo desviante. Cohen propõe três categorias em que são organizados os sistemas de controle social: sensibilização, cultura de controle social e exploração.

Após os escritos de Cohen, outros autores abordaram a temática do pânico moral, que passou a servir de base para analisar eventos do mundo. No Brasil contemporâneo, diversas/os autoras/es utilizam o conceito de pânico moral de modo a relacionar com temáticas atuais, como a presença no currículo escolar de gênero e diversidade (Miskolci & Campana, 2017; Balieiro, 2018).



### **Pânico Moral na Educação Brasileira**

Em 2010, durante a transição dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) e Dilma Rousseff (2011 - 2016), o Ministério da Educação e da Cultura estava discutindo a aplicação de uma vertente do Programa Brasil Sem Homofobia. Esta vertente propôs ações focadas no combate e prevenção à violação de direitos LGBT nas instituições de ensino básico do país, projeto intitulado de Programa Escola Sem Homofobia.

No ano seguinte, o projeto recebe cartas e moções de apoio de diferentes órgãos nacionais e internacionais, com destaque para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que considera os materiais do Programa adequados aos estudantes, além de afirmar que fortalecem e valorizam práticas na área dos direitos sexuais e reprodutivos (UNESCO, 2011).

Neste mesmo período em que a execução do Programa estava sendo discutida, uma temática similar ganha atenção no Brasil: o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Como resultado do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.177 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo (Supremo Tribunal Federal, 2011).

Apesar desses avanços nos campos de direitos sexuais e reprodutivos, motivados pelos altos índices de violência de gênero e LGBTfobia no Brasil (Brasil, 2018; Grupo Gay da Bahia, 2018), foi observado um movimento de resistência a estas conquistas. Como exemplo, é possível citar as ações desenvolvidas pelo então deputado federal Jair Bolsonaro (PP/RJ), que na época afirmou na Câmara dos Deputados que “este ano está sendo distribuindo um 'kit gay' que estimula o “homossexualismo” e a promiscuidade. Temos de trazer esse tema aqui para dentro, votar essa questão, e não deixar que o governo leve esse tema para a garotada” (G1, 2011).

A compreensão do discurso de Bolsonaro a respeito do que denomina de “kit gay” permite que sejam estabelecidas conexões com o conceito de pânico moral. Conforme Cohen (2011), após a ocorrência de um evento que afeta a ordem social predominante, tem início a fase de realização de inventário, que se constitui por rumores e percepções ambíguas veiculados por agentes da mídia – neste caso, por parlamentares brasileiros – para interpretar a situação. Conforme a fala de Bolsonaro explicitada anteriormente, predomina a concepção de que o Programa Escola Sem Homofobia resultaria no estímulo ao homossexualismo (sic) e à promiscuidade, o que é similar ao uso da



nomenclatura “ideologia de gênero”, pois constitui-se como desonestidade intelectual (Furlani, 2016).

Este discurso não concebe gênero como uma construção social, conforme propõe Joan Scott em seu artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. De acordo com a autora, o termo gênero refere-se a “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott, 1995, p. 75), como também indica as “relações sociais entre os sexos” (Scott, 1995, p. 75).

Além disso, não é considerado o fato de que as sexualidades, compreendidas como as práticas e os sentimentos relacionados à atividade sexual dos sujeitos (Grossi, 1998), foram ampliadas ao longo do tempo e, assim como o gênero, constituem-se de processos minuciosos, sutis e sempre inacabados (Louro, 2008).

Algo similar ocorreu nas justificativas de projetos de lei que formam o Programa Escola Sem Partido, ao afirmarem que a abordagem de gênero e diversidade nas salas de aula tem por objetivo a “destruição da família”. Com base nisso, surge o questionamento: qual família está ameaçada pelos discursos que promovem o respeito à diversidade? De acordo com Ana Letícia Bonfanti e Aguinaldo Rodrigues Gomes (2018, p. 113), é a “família heterossexual, formada por casal e filhos biológicos”, considerada ao longo do tempo como o modelo a ser seguido. Em virtude das conquistas nos direitos sexuais e reprodutivos na área legislativa, o debate no ambiente escolar – que pode ser compreendido como um debate no campo dos direitos humanos - foi utilizado como bode expiatório para a promoção do pânico moral, constituindo a etapa das opiniões e atitudes.

De modo a evidenciar como os grupos sociais reagiram à demonização do discurso de gênero e sexualidades, é importante observar os reflexos que este fenômeno teve nas eleições presidenciais de 2018, que resultaram na eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL) como o 38º presidente da república. Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro utilizou de seu discurso sobre o Programa Escola Sem Homofobia para atacar o candidato Fernando Haddad (PT), atribuindo a este o nome de “candidato do kit gay”. O auge de suas ações ocorreu quando Bolsonaro participou de um programa de televisão e afirmou aos telespectadores que o livro “Aparelho Sexual e CIA”, de Hélène Bruller, fazia parte do material do programa Escola Sem Homofobia e que estaria disponível em bibliotecas de escolas por todo o país.

Esta informação não era verdadeira, e como consequência do frequente discurso envolvendo o suposto “kit gay”, o ministro Carlos Horbach, do Tribunal Superior Eleitoral,



determinou que seis vídeos que reforçavam esta notícia falsa fossem retirados do ar, pois "a difusão da informação equivocada acerca da distribuição do livro gera desinformação no período eleitoral com prejuízo ao debate político" (Tribunal Superior Eleitoral, 2018).

Ao final desta discussão, resta a mesma pergunta realizada por Miskolci & Campana (2017): quem se beneficia do acionamento do pânico moral em relação às ações de "igualdade de gênero e da plena cidadania de homossexuais?".

### **Considerações Finais**

Apesar dos altos índices de violência de gênero e LGBTfobia, personagens e grupos políticos como o presidente eleito Jair Bolsonaro e o Movimento e Programa "Escola Sem Partido" buscam proibir a discussão desses temas nas instituições de ensino, afirmando defender a família, a qual seria objeto de destruição por parte da referida "ideologia de gênero".

Observa-se, assim, um movimento de resistência ao debate de gênero e sexualidades no campo da educação brasileira que instrumentaliza o pânico moral para promover supostas verdades sobre o Programa Escola Sem Homofobia e outras ações na área dos direitos humanos.

Deste modo, torna-se necessário desenvolver ações que discutam estas temáticas e promovem o debate com a população, de forma a fortalecer as ações que ainda existem e enfraquecer a ocorrência do pânico moral voltado ao campo de estudos de gênero e sexualidades no Brasil.

### **Referências**

- Balieiro, F. de F. (2018). "Não se meta com meus filhos": a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, (53). Recuperado de <https://bit.ly/3i0Wcuc>
- Barros, A. T. de & Lemos, C. R. F. (2018). Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes do escândalo do Mensalão. *Opinião Pública*, 24(2), 291-327. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-62762018000200291&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-62762018000200291&lng=en&nrm=iso).
- Bonfanti, A. L., & Gomes, A. R. (2018). *Revista Periódicus*, 1(9), 105-121. Recuperado de <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25681/16108>.



Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm).

Brasil. (2004). *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil (2018). *Ministério dos Direitos Humanos divulga dados sobre feminicídio*. Ministério dos Direitos Humanos. Recuperado de <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contra-as-mulheres>.

Cohen, S. (2011). *Folk Devils and Moral Panics: the creation of the Mods and Rockers*. New York: Taylor & Francis.

Furlani, J. (2016). Entrevistada por A. Dip. Pública, Agência de Jornalismo Investigativo. Recuperado de <http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>.

G1. (2011, fevereiro 1). Bolsonaro critica 'kit gay' e diz querer 'mudar alguma coisa' na Câmara. *Política*. Recuperado de <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/bolsonaro-critica-kit-gay-e-diz-querer-mudar-alguma-coisa-na-camara.html>.

Grossi, M. P. (1998). *Identidade de Gênero e Sexualidade*. Florianópolis: Editora UFSC.

Grupo Gay da Bahia. (2018). *Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil. Relatório 2018*. Recuperado de <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>.

Heilborn, M. L., & ROHDEN, F. (2007). Gênero e Diversidade na Escola: a ampliação do debate. In A. Barreto, L. Araújo & M. E. Pereira (Orgs.), *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. (1a ed., pp. 11-12). Rio de Janeiro: CEPESC. Recuperado de

[http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero\\_diversidade\\_escola\\_2009.pdf](http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf).

Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 17-23. Recuperado de <https://bit.ly/3kQjrcB>

Machado, A. (2004). Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. *Interações*, 6, 60-80. Recuperado de <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125>.



Ministério Público Federal. (n.d.). *Nota Oficial sobre o Projeto Escola Sem Homofobia*. Recuperado de <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informacao-e-comunicacao/eventos/direitos-sexuais-e-reprodutivos/audiencia-publica-avaliacao-programas-federais-respeito-diversidade-sexual-nas-escolas/projeto-escola-sem-homofobia/nota-oficial-sobre-o-projeto-escola-sem-homofobia>.

Miskolci, R. & Campana, M. (2017). "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, 32(3), 725-747. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>.

Tribunal Superior Eleitoral. (2018, outubro 16). Facebook e YouTube têm 48h para retirar do ar vídeos com inverdades sobre livro de educação sexual. Recuperado de <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/facebook-e-youtube-tem-48-horas-para-retirar-do-ar-videos-com-inverdades-sobre-livro-de-educacao-sexual>.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado de <https://bit.ly/301nkDm>

Supremo Tribunal Federal. (2011, maio 5). *Supremo reconhece união homoafetiva*. Recuperado de <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>.

UNESCO. (2011). Carta sobre o Projeto Escola Sem Homofobia. *UNESCO Brasília Office, Representação da UNESCO no Brasil*. Brasília-DF. Recuperado de <https://bit.ly/363HjFb>



## O papel da masculinidade e símbolos masculinos nas eleições brasileiras de 2018

Camila Leotti  
Lucas Elói

### Resumo

O masculino sempre foi simbolizado na cultura ocidental através do imponente e superior, como fonte e legitimação do poder. Os diferentes sistemas de governo ao longo da história ocidental sempre se utilizaram dessa simbologia masculina para conferir legitimidade ao seu poder. Após a deposição da primeira presidenta, Dilma, e o fim do governo Temer, as eleições presidenciais de 2018 representaram um novo capítulo de uma crise institucional, moral e política de um país estagnado economicamente. A campanha de Jair Bolsonaro baseou-se fortemente no reflexo de sua imagem enquanto militar, pai de família, algoz da corrupção e da resolução de problemas econômicos pela força bruta, com suas principais promessas de campanha sendo a liberação do porte de armas e endurecimento de leis contra a criminalidade penal e a corrupção. Dessa maneira, pretende-se analisar, através da revisão de literatura, dados estatísticos e análises dos principais veículos de comunicação brasileiros durante o período, os símbolos tipicamente masculinos empregados durante a campanha presidencial no Brasil em 2018, bem como elas influenciaram seu resultado. Discutiremos o papel que esses símbolos desempenham na cultura brasileira e como a busca pela afirmação de tais símbolos têm o intuito de representar a retomada do poder da classe dominante - que se declarava subjugada - frente às poucas conquistas que minorias, tais como raciais e de gênero, obtiveram nos últimos governos.

### Palavras-Chave

*Masculinidade, eleições, cultura ocidental, governo*

### Introdução

A masculinidade, ao ser entendida como um fator social que media as relações entre indivíduos e seus meios sociais, está presente em todos os campos da vida humana, desde sua constituição na “psique” masculina, passando pela forma que afeta o núcleo familiar tradicional, preponderantemente com relação às mulheres, que sofrem os reflexos imediatos, mas também com relação aos filhos homens. Não obstante, é objetivo deste artigo explorar como essas relações, que em geral são estudadas no campo das subjetividades, perpassam as relações a um nível micro, estando presente



e moldando comportamentos no campo político-social, que, no caso em questão, se manifestaram enquanto núcleo do comportamento do candidato eleito à presidência do Brasil nas eleições de 2018.

Para melhor explorar a relação entre a masculinidade e a política brasileira, no entanto, se fará necessário investigar como os atributos da masculinidade se relacionam a uma posição política conservadora-reacionária, e como o resgate desses valores se dá por meio da criação de uma narrativa mítica-salvacionista, que, ao conceber os avanços sociais das últimas décadas do Brasil, os valora enquanto deturpação da moral, dos bons costumes e da “família de bem brasileira”, três conceitos que iremos explorar, em razão de seu conteúdo admitir uma fluidez própria de conceitos vazios.

A cadeia discursiva ampla que está em discussão é a tentativa de legitimar um discurso saudosista e reacionário a partir desses conceitos (pontos nodais), significantes que nada pontuam substancialmente a não ser um discurso político vazio de conteúdo e, por conseguinte, instrumentalizado com o objetivo de deslegitimar significados e setores sociais representantes de políticas progressistas anti-autoritárias. E pode-se questionar o porquê da necessidade de pontuar não apenas “políticas progressistas”, mas acrescentar “anti-autoritário”, e a razão de dada especificidade vem da relação íntima que discursos vistos por alguns como progressistas acabam tendo com toda estrutura da masculinidade representada pelo paternalismo estatal ditatorial.

Assim, grande parte da dificuldade do presente estudo vem da impossibilidade de situá-lo especificamente em um campo político da forma que entendemos tradicionalmente tais campos. Portanto, autoritarismo e patriarcalismo serão conceitos chave, precipuamente em razão da sua estrita relação com as práticas da masculinidade. Procuramos neste trabalho buscar como a masculinidade e os símbolos masculinos determinaram, entre outros fatores, o resultado das eleições de 2018, através da análise da crise da masculinidade hegemônica em suas três principais esferas de poder: Estado, economia e família.

### **A crise e o resgate da masculinidade**

A formação dos Estados modernos possui um papel determinante para a conformação de comportamentos socialmente associados à masculinidade. Para a constituição e manutenção da autonomia e soberania dos Estados-nação sempre foi imprescindível a criação de exércitos nacionais, tanto frente ao cenário internacional quanto para a legitimidade do Estado perante seus cidadãos. A manutenção do poder como “monopólio do uso da força” é impensável sem a segurança de um aparato policial e



militar, mantido pelo Estado, que visa a proteção de sua própria integridade. Expressa-se cada vez mais a justaposição entre militarização, nacionalismo e masculinidade (Oliveira & Pierucci, 2002, p. 26).

Historicamente, as práticas da masculinidade na política brasileira tem estrita relação com o papel patriarcal que sempre exerceu o Estado brasileiro e de como essa noção de “um grande pai” do povo - apesar do Brasil ser um dos países com a maior quantidade de mães solteiras, o símbolo se refere a um pai, e não a uma mãe - acaba criando um ideário simbólico que virá a ser resgatado recorrentemente pelos grandes nomes (em geral homens) da política brasileira.

Tal ideário parte de uma noção de que a esse pai cabe apenas prover materialmente a seus filhos, enquanto qualquer provimento emocional e psicológico fica relegado à figura feminina. Assim, se estrutura a noção do “pai do povo” que irá se refletir e ditar comportamentos dos pais propriamente ditos, e o paradoxo desse discurso reside, novamente, na glorificação da figura paterna e masculina pelo pouco que fazem (ou nada, se trouxermos a discussão ao século XXI no qual grande parte das mulheres fazem dupla jornada, sustentando materialmente e emocionalmente seus filhos, muitas vezes sozinhas).

Ameaças ao ideal da masculinidade e a figura masculina como o centro da família e do Estado representam para os grupos masculinos uma ameaça à sua centralidade na sociedade, cujas principais esferas de poder são a família, o Estado e a economia. Segundo o IBGE, o número de famílias chefiadas por mulheres, sem a presença do pai, dobrou nos últimos 15 anos no Brasil, bem como as mulheres passaram a representar uma parcela cada vez maior da força de trabalho e superaram os homens nos níveis de escolaridade a partir da década de 1980. Esses fatores, quando somados à eleição da primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e a predominância das mulheres em cargos do funcionalismo público, indicam que essas três esferas de poder da sociedade têm sido progressivamente ocupadas por mulheres desde o início das suas conquistas de direito como cidadãs (Beltrão & Alves, 2009, p. 137).

Essa ocupação das mulheres, ainda que em muitas esferas não tenham atingido sequer metade dos postos, criou na sociedade masculina a sensação de perda de poder relativo da figura masculina. Para além, a masculinidade também passa a ser cada vez mais questionada em razão do crescimento da terceira onda do feminismo no Brasil, esvaziando o significado de seu antigo conceito de poder a respeito da família, do Estado e da economia, e se sente ameaçada de extinção.



A hipótese do defasamento, também conhecida como a teoria da incompatibilidade ou armadilha evolutiva, trata-se de um conceito criado na biologia evolutiva que se refere à traços evolutivos uma vez vantajosos, mas que se tornaram obsoletos ou inadaptados à atualidade, devido às mudanças no ambiente. Entre os seres humanos, esse conceito explica como muitas vezes o ambiente muda mais rápido do que somos capazes de lidar com suas novas pressões, que são muito diferentes dos estímulos do ambiente adaptativo ancestral. “Deste modo, perante qualquer pressão ambiental, é provável que o cérebro ative uma resposta automática mais consentânea com o ambiente que o moldou” (Finuras, 2017, p. 2).

A teoria da masculinidade precária auxilia-nos a entender por que razão são os homens com maior fragilidade social e preocupação com a sua mobilidade social ascendente são os mais propensos a apoiar indivíduos com perfil autoritário. Os perfis autoritários conseguem evocar a esses indivíduos um apoio emocional e simbólico que os torna capazes de reafirmarem a sua masculinidade face à negação desta pela ausência de poder social, evocando no seu discursos as ameaças às suas comunidades e a estabilidade das estruturas de poder, aos seus grupos e aos seus interesses, como potenciais terroristas, emigrantes, elites corruptas e um sistema caduco (Finuras, 2017, p. 4).

A sensação de esvaziamento de poder ocorre para aqueles que os tiveram historicamente, porém para os homens que não se encontram como centro do privilégio masculino, ou os têm reduzido por outras opressões, como a de raça, a crise da masculinidade não é origem da negação do desejo desse poder. A sensação de falta de poder para os homens marginalizados pela sociedade, no entanto, raramente os fazem enxergar sua opressão como estrutural, na qual se encontram na parte mais baixa da hierarquia, mas são levados a crerem, pelos homens brancos, que a situação pela qual passam é fruto da crise da masculinidade como um todo.

Entretanto, a sociedade brasileira distribui o poder de forma diferenciada, mesmo entre os homens, pois além do critério de gênero, usa também o de classe e raça. A concepção de ser humano universalmente generalizável é um homem, mas não apenas, há de ser um homem branco. Por se posicionarem no centro da experiência humana e usarem dos poderes estruturais que possuem para difundi-la na sociedade, eles não se fazem capacitados a enxergar como o gênero, a raça a classe afetam as diferentes experiências humanas, enquanto os negros, pobres, mulheres, LGBTs e todos os que de uma forma ou de outra desviam do padrão são chamados a notarem sua diferença



diariamente, ainda que nem todos os indivíduos se articulem enquanto grupo. As dificuldades sociais que somos exigidos a enfrentar são para os sujeitos marginais e/ou oprimidos os mecanismos mais visíveis em nós (Rosa, 2006).

É indissociável, ao debater masculinidade, entendermos que a experiência masculina não é uma só, e que a masculinidade hegemônica, que cria e controla as estruturas da sociedade, não inclui a maioria dos homens, mas somente aquela parcela cuja masculinidade é generalizável como concepção do que é ser homem em determinada sociedade. A masculinidade hegemônica é associada ao poder e ao controle, e a virilidade, enquanto instrumento e demonstração destes, é um componente importante de sua criação e manutenção. Enquanto para os homens brancos de classe média e alta a perda de poder relativo surge em momentos de ruptura, “a “desarmonia” da masculinidade negra está em confluência com a distribuição de poder prevista nos padrões hegemônicos, ela não ameaça a reprodução da família hegemônica” (Rosa, 2006, pg. 4).

Ainda que o poder dos homens marginalizados não possa ser reduzido ou tomado quando nunca existiu em primeiro lugar, a masculinidade hegemônica pode se utilizar dessa narrativa para buscar apoio entre masculinidades marginalizadas. Isso porque a estruturação da masculinidade hegemônica enquanto concepção a ser seguida não se apresenta como um movimento, mas como uma “tendência ou ênfase na cultura, na política e nos negócios”, propagada através de uma comercialização de masculinidades exemplares em veículos de comunicação em massa e na estrutura da vida privada, da economia e do Estado (Connell, 2012, pg. 195).

Isso explica, em parte, porque Bolsonaro possui enorme poder de atração sobre jovens de baixa renda, ainda que o perfil de seu eleitor seja de homens com ensino superior completo e elevadas faixas de renda: em geral, o perfil do eleitor de baixa renda de Bolsonaro eram jovens desempregados que se sentiam ameaçados pelo feminismo emergente nas escolas, ou homens brancos, dos 30 aos 50 anos, com trabalho precário (como motoristas de aplicativos e terceirizados). Entre as motivações para o voto, o relento econômico em que se encontravam se confundia com uma narrativa que apontava também uma crise da masculinidade, com homens desempregados ou em trabalhos precários, endividados, sofrendo assaltos e, portanto, com seu papel como provedor financeiro e físico ameaçados. Em comum, possuíam o desejo de portar uma arma para se proteger das inúmeras ameaças, reais e imaginárias, que para eles desestabilizavam a ordem do mundo (Pinheiro-Machado, 2019; Braziliense, 2018).



*Para o homem, o emprego garante não apenas uma filiação – assalariado –, ele também é um estatuto, o de provedor. O emprego afirma o status de masculinidade ao homem; o desemprego gera o sentimento de abandono, falta de referência e medo da miséria. Para o homem, a perda do emprego o atinge naquilo que o faz homem, privando-o das referências fundamentais de sua identidade social, a de trabalhador/provedor/pai de família. A ausência do provedor masculino significa uma perda que atinge o grupo familiar ‘como um todo’, deixando-o sem sua base de sustentação moral (Jiménez & Lefèvre, 2004).*

A falta de identificação do homem com essa imagem de provedor acaba por relativizar sua masculinidade que, ao estar em xeque, gera consequências psicológicas que vão ser demonstradas no desenvolvimento de formas de escapar da realidade, notavelmente pela dificuldade em declarar explicitamente em público que são sustentados por suas esposas e/ou familiares e pelo consumo excessivo de álcool, fatores que acabam por ter um grande peso na impossibilidade desse homem conseguir assumir uma identidade e se sentir digno quando não está na posição familiar de provedor. Assim, não há elementos que permitam dizer se há uma relação direta entre desemprego e consumo excessivo de álcool, mas é inquestionável que há uma maior propensão - que apenas se demonstra na parcela masculina da população - a buscar esse tipo de fuga psicológica, que mediará também um bloqueio mental que o impede de associar sua necessidade de se sentir como provedor com as dificuldades que vive (Nascimento, ; Boletim do Instituto de Saúde - BIS, 2012).

É na base dessa falta de controle, de afirmação enquanto provedor não somente financeiro, mas também físico que a pauta das armas encontra grande apoio na população brasileira votante de Bolsonaro. O crescimento da violência no Brasil e a sensação de ameaça constante, principalmente nas grandes capitais do país, faz com que muitos homens busquem a arma como uma forma de supremacia forçada. A ideia da potência que a arma de fogo traz para seu portador motivou muitos homens a quererem armas em casa, para proteger sua família, mas também para manter o poder sobre ela. O apelo do controle físico sobre si, a sociedade e sua família aproximou muitos homens das demandas de Bolsonaro pela liberalização das armas, o endurecimento e militarização do aparato repressivo do Estado e a centralidade da família como unidade de medida da sociedade.

Os indivíduos tendem a preferir líderes políticos que são ou passam a impressão de serem fisicamente dominantes quando consideram que seus grupos enfrentam ameaças existenciais porque, inconscientemente, crêem que os líderes fisicamente



dominantes têm maior capacidade de arbitrar divisões e conflitos internos do grupo e mobilizar o coletivo para a “luta” contra a “ameaça externa” (Finuras, 2017, p. 2). A isso se soma outros fatores para explicar porque historicamente quando se cria entre as classes médias brasileiras o sentimento de ameaça ao status quo, seja pela ideia de uma “ameaça comunista” como evocado durante a Ditadura Militar de 1964-1985 e a eleição de 2018, essas classes se voltam para o apoio a figuras militarizadas. Entre os brasileiros em 2018, consideravam que a saúde, a corrupção, o desemprego e a situação política eram os maiores problemas de seu país (Corporación Latinobarómetro, 2019).

A masculinidade foi construída, quando expressa no militarismo, sendo diretamente relacionada ao sacrifício, à penitência que levava à purificação pessoal. A conexão é formada entre a masculinidade e elevados ideais societários como liberdade, soberania e potência, “todos girando em torno de uma glorificação do socius, identificado com a pátria, a terra natal, a nação” (Oliveira & Pierucci, 2002, p. 31). Bolsonaro representa uma geração de homens que ingressaram no serviço militar durante a Ditadura Militar sob a promessa de que teriam, ao longo de suas carreiras, oportunidades para ascender aos postos mais altos do Estado brasileiro, mas que, com o fim da Ditadura, tiveram suas esperanças frustradas.

Sendo assim, a estrutura primordial do Estado para garantia de ordem com uso da força, as forças armadas, representam nada menos que o núcleo da performance da masculinidade, no qual todos os tipos de autoritarismo, humilhação e destruição psicológica não são apenas incentivados como glorificados e entendidos no meio militar como imprescindíveis para a destruição de um caráter humanizado e sentimental e incentivos à criação de uma personalidade fria, calculista e metódica, três características predominantes da masculinidade hegemônica.

Não obstante, o Estado, mesmo quando representado por governos ditos progressistas, não tem controle sobre essa masculinidade militarizada e se vê refém de instituições que se autogerem na medida que seu simples descontentamento com as pautas políticas conduzidas no país pode causar rupturas institucionais que podem vir a dar início a períodos ditatoriais com participação ativa dos setores militares, algo muito comum na história da América Latina e do Brasil.

Podemos dizer que o Estado, quando em uma posição constituinte, ao legitimar as forças armadas como instrumento único do uso da força, está escolhendo lidar em um nível institucional com uma força necessariamente disruptiva com um escasso controle,



ao invés de lidar com várias forças disruptivas sem nenhum controle, que é característico de forças paramilitares como facções e milícias - geralmente organizadas por homens e também militarizadas.

Assim, também haverá uma parcela da sociedade, caracterizada pela masculinidade hegemônica ou pela influência desta, que se apoiará justamente nesses grupos militarizados para clamar que pautas políticas progressistas promovem a destruição da moralidade e do que costumam chamar de “família de bem”. Por conseguinte, há uma inquestionável conexão entre a garantia de força dada pelos militares e a promoção de pautas reacionárias, quase funcionando como um terceiro ente a parte do Estado, atuando no controle moral das populações para que pautas políticas como o feminismo continuem à margem dos centros de discussão.

Dessa forma se torna possível promover uma agenda política reacionária sem necessariamente associá-la ao Estado, único ente que em tese deveria ter controle sobre a formação de políticas.

### **Conclusões**

O trabalho aqui apresentado buscou explorar como os símbolos masculinos e a masculinidade se apresentam como alguns dos fatores determinantes para o resultado das eleições brasileiras presidenciais de 2018. A crise política e econômica que o Brasil vem vivendo desde a metade da década, com o golpe político que sofre, em 2016, a primeira presidente mulher, Dilma Rousseff, e o início da mais longa crise econômica brasileira desde 2015 ambientaram a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República.

A desestabilização política, econômica e social que vive o Brasil desde então gerou uma ruptura com o padrão do status quo na hierarquia de poder dentro da sociedade brasileira. A redução da pobreza e da desigualdade e a adoção de políticas afirmativas como cotas raciais nos anos prévios à desestabilização e o aumento do desemprego e da precarização do trabalho nos anos após a crise, bem como a ascensão das mulheres nas últimas décadas aos postos de trabalho no mercado privado e público, a obtenção de maior escolaridade das mulheres e a mudança para famílias monoparentais chefiadas por mulheres mudou a configuração da vida pessoal, material e pública da população brasileira nas últimas décadas. A mudança no ambiente desencadeou um sentimento de obsolescência dos símbolos e das figuras masculinas, que tem seu poder relativo reduzido e questionado, criando-se a sensação e narrativa de crise da masculinidade, expressa nas eleições brasileiras pelo discurso de Jair



Bolsonaro e demais candidatos conservadores contra a “ideologia de gênero” supostamente pregada pela esquerda.

Entretanto, ainda que a sociedade brasileira seja fortemente estratificada por sexo, ela também é, por seu passado colonial e as estruturas de sua formação, determinada por raça e classe. Ainda que a masculinidade não seja um produto do qual todos os homens se beneficiam na mesma proporção, as masculinidades hegemônicas, brancas, ricas e de classe média, se apropriam do discurso da crise de masculinidade para influenciar esses homens de masculinidade marginalizada de que sua crise, seu desemprego, sua falta de poder, são fruto do esvaziamento do poder do homem.

A sensação de impotência conferida pela incapacidade de prover sustento financeiro para sua família, em meio à crise econômica e a alta do desemprego, e a segurança física, pela alta da violência, põs em xeque para esses homens seu próprio lugar no mundo enquanto figura masculina, esvaziando-a de significado. Por isso, muitos homens se sentiram compelidos por Jair Bolsonaro enquanto uma figura de força bruta, ordem, militarizada, que defendia a redução de direitos para a superação do desemprego e a liberalização do porte de armas e o aumento da repressão do Estado policial como respostas para a violência e a corrupção.

### Conclusões

- consumo

arma, repressão policial, ideologia de genero

- militarismo, funções históricas,
- busca pela recentralização da masculinidade hegemônica
- ministério da mulher -> ministério da família, direitos humanos e mulher
- tese da recentralização : redução de direitos da população pobre para aumentar emprego / redistribuição do poder - como o empresariado masculino ganha através do discurso do crescimento econômico ao subalternizar o homem negro

O que: como a masculinidade e sua crise é um dos fatores de maior importância na determinação do resultado das eleições de 2018

Como:

Quais conceitos: masculinidade hegemônica, masculinidade marginalizada,



Como eles se aplicam ao caso: paradoxo entre a ideia paternalista de estado/família e a falta de amparo na realidade (mulheres maior escolaridade, maioria funcionalismo público, famílias chefiadas por mulheres)

### Referências Bibliográficas

de Oliveira, P. P. (2004). *A construção social da masculinidade* (Vol. 22). Editora UFMG.

Beltrão, K. I., & Alves, J. E. D. (2009). A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*. <https://doi.org/10.1590/s0100-15742009000100007>

Finuras, P. (2017). *Psicologia Política - Hipótese do Desfasamento e Masculinidade Precária*.

Rosa, W. (2006). Observando uma masculinidade subalterna: homens negros em uma “democracia racial”. Trabalho apresentado no ST, 18.

Connell, R. (2012). Políticas da masculinidade.

Pinheiro-Machado, R. (2019). O bolsonarismo arrependido já começou. Retrieved 29 November 2019, from <https://theintercept.com/2019/04/15/bolsonarismo-arrependido-ja-comecou/>

Braziliense, C. (2018). Veja perfil dos eleitores de Bolsonaro nas eleições do Brasil. Retrieved 11 November 2019, from [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/07/interna\\_politica,710663/veja-perfil-dos-eleitores-de-bolsonaro-nas-eleicoes-do-brasil.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/07/interna_politica,710663/veja-perfil-dos-eleitores-de-bolsonaro-nas-eleicoes-do-brasil.shtml)

Corporación Latinobarómetro (2019): “Informe 2018”, en Corporación Latinobarómetro [1-11-2019]. Disponible en web: <http://www.latinobarometro.org>.

<http://www.chs.saude.sp.gov.br/instituto-de-saude/homepage/acesso-rapido/arquivo-de-noticias/2013/marco/consumo-excessivo-de-alcool-prevalece-entre-homens>

[https://issuu.com/institutodesaude/docs/bis\\_volume\\_14\\_-\\_n\\_mero\\_1\\_-\\_agosto\\_de\\_2012](https://issuu.com/institutodesaude/docs/bis_volume_14_-_n_mero_1_-_agosto_de_2012)